

Migração no México: tendências e consequências

43

LUIS IGNACIO ROMÁN MORALES

INTRODUÇÃO

O México é o país subdesenvolvido que possui a maior fronteira terrestre com uma potência mundial. São cerca de 3.000 Km que separam uma nação com salários médios equivalentes a 18,6 dólares por hora de outra onde eles são inferiores a três dólares. Desde o início dos anos 1980, a liberalização econômica tem facilitado a circulação de mercadorias, de capitais (especialmente financeiros) e de empresas. Sob estas circunstâncias, não é de estranhar a crescente circulação de pessoas. No entanto, esta não se deu sob o âmbito dos processos de desregulamentação, mas, ao contrário, enfrentando as regulamentações existentes. A emigração é fundamental para o México, uma vez que constitui, entre outras coisas, a principal válvula de escape perante a exígua geração local de empregos, a segunda fonte de obtenção de divisas e a principal fonte de financiamento de regiões altamente expelidoras de mão de obra. É, portanto, o meio de enfrentar ou sair da pobreza para milhões de lares. O México também representa uma ponte para emigrantes de terceiros países que pretendem chegar aos Estados Unidos. Por último, o México oferece ainda refúgio trabalhista para emigrantes pobres provenientes da fronteira sul.

Neste artigo, apresentamos as tendências e a caracterização dos principais movimentos migratórios do México. São analisados os padrões de causa destes movimentos e os efeitos que a migração tem sobre o país de origem. Tentase detectar os benefícios e os custos da migração, assim como possíveis políticas a seu respeito.

I. SENTIDO E RELEVÂNCIA DA MIGRAÇÃO NO MÉXICO

A migração está associada de maneira indissolúvel ao movimento e ao deslocamento espacial e, nesse sentido, é uma característica nata nos seres humanos. No entanto, sua organização implica a formação e reestruturação constante de delimitações territoriais, formando processos de identidade social no interior das mesmas e de diferenciação com relação aos espaços externos. Tais delimitações podem ser cidades, regiões ou continentes, mas a divisão política em países ou estados nacionais configurou espaços de reprodução social no interior dos mesmos, de atração da população proveniente de outros espaços, de regulação para a entrada e saída de pessoas de uma determinada população etc. Os fluxos são estimulados ou repelidos em função das circunstâncias específicas das sociedades e das políticas exercidas.

A partir do século XX, ocorrem no México quatro fenômenos: a migração interna, a emigração internacional (quase que exclusivamente para os Estados Unidos), a imigração e a passagem pelo México de população de terceiros países em direção aos Estados Unidos. Cabe, no entanto, ponderar sobre as proporções dos diversos tipos de migração: segundo o Centro Latino-americano de Demografia (CELADE), no ano 2000, apenas 0,5% da população residente no México era de imigrantes internacionais, enquanto 9,4% da população nascida no México havia emigrado ao exterior.

A migração interna está associada aos processos de urbanização e industrialização. Isto, junto com o crescimento demográfico, propiciou a formação de uma megalópole, a Cidade do México, e outras oito zonas metropolitanas que, em 2005, contavam, cada uma, com uma população superior a um milhão de habitantes. Estas cidades concentram, em conjunto, 35% da população do país (INEGI, 2005). Na migração interna ocorre também o deslocamento sazonal de trabalhadores por jornada, ligado aos ciclos agrícolas.

A migração em direção aos Estados Unidos sofreu uma forte aceleração a partir da crise econômica de 1995. Até 2007, o êxodo foi de aproximadamente 400.000 pessoas por ano, e o México se converteu no principal receptor mundial de remessas por trabalhadores migrantes. Os 25,137 bilhões de dólares recebidos em 2008 equivalem às remessas recebidas por toda a América Latina (incluindo o próprio México) apenas 6 anos antes. Não obstante, é previsível uma redução significativa da emigração, assim como o retorno de trabalhadores mexicanos emigrados em anos anteriores, devido à atual recessão norte-americana iniciada em dezembro de 2007 e estimada preponderantemente a partir do comportamento do emprego. De fato, no pri-

meiro quadrimestre de 2009, as remessas foram reduzidas em 8,7% com relação ao mesmo período de 2008, passando de 7,945 bilhões de dólares para 7,256 bilhões de dólares (Banco de México, 2009).¹

Este estudo remeterá apenas à migração internacional, apesar de reconhecer a presença de *espaços cinza* binacionais alta e cotidianamente interdependentes, que incluem, por exemplo, a população que vive de um lado da fronteira e trabalha do outro.

Este documento determinará o contexto geral das tendências migratórias no México, a partir do qual será abordada, especialmente, a migração do México para os Estados Unidos, dada sua predominância sobre todos os demais destinos.

A migração está associada aos comportamentos diferenciados dos mercados de trabalho, mas não somente a isto. As migrações excedem a dimensão trabalhista e até mesmo a dimensão econômica, o que é visto, por exemplo, na reprodução de formas culturais de comunidades indígenas do México em Nova Iorque, ou no traslado de famílias inteiras, nas quais não todos os membros emigram por questões trabalhistas, mas sim, familiares.

O entendimento da migração como a geração de espaços de redes sociais transnacionais pressupõe que a mesma não é determinada apenas por decisões racionais individuais, nem que as mesmas se restrinjam a uma valoração estritamente de mercado de trabalho, isto, em termos citados pela CEPAL:

Os enfoques tradicionais sobre migração baseiam-se em um prisma econômico neoclássico: a migração é o resultado da combinação de fatores de atração, presentes na sociedade de chegada, e de expulsão no país de origem. Entre os fatores de expulsão identificam-se: o crescimento demográfico, baixos níveis de vida, falta de oportunidades econômicas e repressão política. Os fatores de atração incluem demanda de mão de obra, disponibilidade de terras, boas oportunidades e liberdades políticas. Uma das críticas principais a estes enfoques é considerar a migração como uma conduta individual que resulta de uma análise racional e instrumental, em termos de custo-benefício, sem considerar outros elementos de tipo social e cultural que podem explicar os fluxos migratórios. Esta perspectiva não permite compreender por que somente uma fração muito pequena da população emigra e não toda a sociedade que enfrenta as mesmas condições de vida. (CEPAL, 2006)

1 Declaração do *National Bureau of Economic Research* dos Estados Unidos, 28 novembro 2008, baseada em um amplo espectro de indicadores de produção, emprego e renda real.

2. TENDÊNCIAS DA EMIGRAÇÃO²

No ano 2000, o México já era o país latino-americano com o maior número de emigrantes (9,3 milhões) e o terceiro com a maior proporção de sua população no exterior (9,4%), ficando atrás apenas de El Salvador (14,5%) e Nicarágua (9,6%) (CEPAL, 2006).³

Para o ano de 2005, as séries de migração internacional do Conselho Nacional de População do México registraram 11,2 milhões de mexicanos somente nos Estados Unidos. Ao considerar o conjunto da população de origem mexicana nesse país, incluindo a segunda e terceira gerações, o censo norte-americano (CPS) contabilizou 30,3 milhões de pessoas em 2007 (Conapo, 2008).

A emigração mexicana dirige-se, basicamente, para os Estados Unidos e, de maneira tangencial, para o Canadá e Espanha. A dirigida ao resto do mundo é pouco numerosa. Assim, enquanto 94 de cada 1000 pessoas nascidas no México residem nos Estados Unidos, no Canadá são 0,3 e na Espanha, apenas 0,2. Por isso, o México é um dos países com menor intensidade migratória em direção a estas duas últimas nações.

A emigração ao resto do mundo é ainda menos significativa. Em 2000, o Centro Latino-Americano de Demografia (CELADE) estimava que, no conjunto da América Latina (exceto México), residiam 39.342 mexicanos de nascimento, isto equivale a 0,4 mexicanos no resto da América Latina para cada 1.000 nascidos no México. Com relação aos países mais industrializados (exceto Estados Unidos, Canadá e Espanha), contou-se um estoque de migra-

- 2 Procurou-se utilizar fontes de informação consistentes, reconhecidas e articuladas tais como a OIT, o Escritório de censos dos Estados Unidos, a Comissão Econômica para a América Latina, o Conselho Nacional de População do México e o Instituto Nacional de Estatística, Geografia e Informática. Apesar da informação ser diversa e heterogênea, dadas as dificuldades de medição da migração, evitou-se a utilização de mais de uma fonte particular com relação a tópicos particulares de cada tabela, assim como foram selecionadas as fontes com maior reconhecimento e consistência, a fim de evitar incoerências, dadas as possibilidades de formas de medição diferentes entre as instituições.
- 3 Cabe mencionar que diversas estimativas situam uma população mexicana maior nos Estados Unidos. As divergências provêm das dificuldades de captação estatística de população sem documentação, dos trabalhadores migrantes e da forma de considerar os “mexicanos”, em função de seu lugar de nascimento (direito da terra), de seu status migratório (por exemplo com relação à obtenção de cidadania norte-americana), ou da origem de seus pais (direito de sangue). Autores como Corona (Colégio da Fronteira Norte) e Escobar Latapí (Centro de Pesquisa e Estudos Superiores em Antropologia Social) estimam em 11,2 milhões, o número de mexicanos nos Estados Unidos.

ção de apenas 28.218 mexicanos para o conjunto de países da OCDE, isto é, 0,3 de cada 1.000 mexicanos.⁴

Em suma, a emigração de mexicanos a países, exceto aos Estados Unidos, representa apenas algo em torno de 1,3% da emigração que se dirige àquele país.

Segundo o Censo Contínuo de População de 2005 dos Estados Unidos (da CEPAL, 2006), os latino-americanos e caribenhos contabilizavam um total de 19,3 milhões de pessoas nos Estados Unidos, dos quais 71% eram mesoamericanos – a maioria mexicanos –, 17% caribenhos e os 12% restantes sul-americanos. Apesar do *estoque* de nascidos na região ter aumentado desde 1970, a participação de cada sub-região apresentou mudanças: os mesoamericanos aumentaram em 20% a sua participação no conjunto de migrantes da região, por seu lado, os caribenhos apresentaram uma significativa e progressiva diminuição no *estoque*, enquanto que os sul-americanos mantêm uma participação estável.

No início do século XX, havia somente 100.000 mexicanos nos Estados Unidos (Corona, 2007), e a evolução até 1970 foi moderada. Segundo o próprio Censo Contínuo sobre População dos Estados Unidos, sua população nascida no México nesse ano foi de 0,76 milhões de pessoas. O êxodo ocorreu posteriormente, pois essa população chegou a 9,18 milhões de pessoas no ano 2000. Em outros termos, de 1900 a 1970, a população mexicana nos Estados Unidos cresceu a um ritmo de 2,9% ao ano, ao passo que, desde então até o ano 2000, o crescimento se deu a uma taxa anual de 8,7%.

Nos anos 1970, emigraram do México para os Estados Unidos, uma média de 135.000 pessoas por ano; nos anos 1980, 217.000; nos anos 1990, 492.000 e, de 2000 a 2005, 368.000 (Conapo, 2008).

A redução do primeiro quinquênio deste século pode ser derivada do endurecimento das políticas migratórias norte-americanas (sobretudo a partir dos atentados de 11 de setembro de 2001), da desaceleração norte-americana do início da década e da mudança na curva demográfica do México.

Em 2005, a emigração se concentrou basicamente na Califórnia (4,3 milhões), Texas (2,3 milhões), Illinois (0,7 milhão) e Arizona (0,6 milhão). No plano rural, os imigrantes encontram-se distribuídos por todo o território norte-americano, no entanto, nos quatro estados citados, localizam-se principalmente nas áreas metropolitanas de Los Angeles, Chicago e Houston.

4 OCDE on line, www.oecd.org.

Somente em Los Angeles residem mais de 1,5 milhão de mexicanos, o que equivale ao tamanho demográfico da sexta maior cidade do México.

Diferentemente da imigração predominante até os anos 1970, quando o êxodo provinha do meio rural, nos dias atuais, predomina ligeiramente a imigração urbana (52%).

O processo migratório mexicano para os Estados Unidos foi dividido em *emigrantes temporários e permanentes* (Corona, 2006 apud Corona, 2008). De fato, dada a amplitude da fronteira comum, a emigração sazonal ou temporária é muito intensa. Os emigrantes temporários são formados principalmente por jovens com residência habitual no México que viajam frequentemente aos Estados Unidos e enviam remessas a seus lares de origem, ao passo que os permanentes efetivaram longos períodos de trabalho nos Estados Unidos e estabeleceram o seu lar principal nesse país. Frequentemente, atraem seus familiares mais próximos ou constroem um novo lar. Por outro lado, se for considerada a população nascida no México mais seus dependentes nos Estados Unidos, a cifra de 15 milhões de habitantes teria sido superada em 2005 (Corona, 2007). A intensificação a partir dos anos 1970 está relacionada às sucessivas crises, desvalorizações e processos inflacionários de 1976-1977, 1982-1989, 1995-1996 e o estancamento econômico existente desde 2001.⁵

Entre 1935 e 1981, a taxa média de crescimento anual do PIB mexicano foi de 6,5%, enquanto que a de 1982 a 2008 foi de 2,3%. Além disso, as diferenças estruturais em termos de mercado de trabalho são imensas: no México, o salário mínimo mensal em junho de 2009 é de aproximadamente 115 dólares e o salário médio é de aproximadamente 415 dólares.

Em junho de 2005, segundo o Escritório de Estatísticas do Trabalho dos Estados Unidos, os trabalhadores naquele país ganhavam em média 18,6 dólares por hora.⁶

Isto representa algo em torno de 250 pesos, equivalentes a cinco dias de salário mínimo no México. De fato, o salário médio nos Estados Unidos seria de 3.199 dólares, equivalentes nesse momento a aproximadamente 43.000 pesos mexicanos. Por outro lado, aqueles com renda relativamente alta, considerados no Censo Nacional de Ocupação e Emprego do México (mais de cinco salários mínimos), partem de um piso de \$7.500, tão somente pouco mais de um sexto da média das remunerações nos Estados Unidos.

5 Estes comportamentos não se repetem no marco da crise 2007-2009, dada a queda na demanda de trabalho nos Estados Unidos.

6 BLS, National Compensation Survey: Occupational Wages in the United States, June 2005.

Além do mais, a capacidade de geração de emprego formal no México é exígua. Entre abril de 2000 e o mesmo mês de 2009, somente foram gerados em conjunto 1,72 milhão de empregos perante um crescimento acumulado da PEA de 5,3 milhões e da População em Idade de Trabalhar de 10,5 milhões (segundo trimestre de 2000 ao primeiro trimestre de 2009). O emprego agropecuário foi reduzido em 3 milhões de pessoas entre 1993 e 2007 (INEGI: ENE-1993; ENOE, 2007), ao mesmo tempo em que a indústria só gerou dois milhões de empregos. Perante esta situação, só restam como opções o setor de serviços, principalmente precários e informais ou a migração para os Estados Unidos. A emigração também tende a se articular cada vez mais com os ciclos econômicos do México e dos Estados Unidos, especialmente a partir do início do Tratado de Livre Comércio da América do Norte em 1994. De fato, o crescimento econômico dos Estados Unidos gera um forte efeito de ímã para a maior parte dos imigrantes mexicanos, ocorrendo o contrário em períodos de recessão. Deste modo, o ano 2000 marca o recorde de migração em um ano, com 530.000 pessoas, enquanto que o mínimo da década foi em 2003, com 369.000 (Escobar e Martín, 2007). No caso do México, o fenômeno é inverso, tendendo a um fortalecimento da emigração nos períodos críticos da economia nacional.

Pelo acima descrito, a conjuntura de desaceleração e recessão de 2007-2009 pode gerar um efeito complexo de maior incentivo à migração devido às complicações do mercado de trabalho mexicano, mas, simultaneamente, uma menor captação por parte do mercado de trabalho norte-americano. Isto poderá implicar uma maior deterioração nas condições de trabalho dos mexicanos que se aventurarem na busca por emprego nos Estados Unidos sob suas atuais condições (que, no caso de encontrá-lo, é previsível que estejam obrigados a aceitar condições mais difíceis).

Adicionalmente, o cruzamento da fronteira tende a ser mais perigoso e implica uma maior necessidade de percorrer trajetos mais arriscados (como o deserto do Arizona), enfrentar bandos de saqueadores ou de grupos xenofóbicos nos Estados Unidos, assim como buscar os traficantes de seres humanos (os *polleros*). Sob estas condições, o número de mortes na zona fronteiriça passou de 61 em 1995 para 425 em 2006, o que significa um aumento médio anual de 20%.⁷

7 2003 www.stopgatekeeper.org. 2006 Secretaria de Relaciones Exteriores. 2006 Comunicado de imprensa n. 117 da Secretaria de Relaciones Exteriores.

3. CARACTERIZAÇÃO DOS EMIGRANTES

O perfil dos emigrantes mexicanos e os processos de migração mudaram substancialmente desde a década de 1970. Jorge Santibañez (2005) caracteriza os seguintes aspectos:

- Transformação dos processos de traslado de migrantes sem documentação em crime organizado.
- Aumento dos riscos de migração para grupos vulneráveis (mulheres, crianças).
- Aumento do tempo de permanência dos migrantes.
- Transformação do México, não somente como país de saída, mas também de trânsito e destino.
- Regionalização do processo migratório, tanto da emigração mexicana como de sua imigração nos Estados Unidos.
- Maiores pressões sobre os mercados de trabalho nos lugares de origem e destino, sobretudo de emigrantes jovens.
- Deterioração nas condições do mercado de trabalho mexicano.
- Crescimento da oferta de emprego nos Estados Unidos.
- Incorporação da discussão migratória na agenda México-Estados Unidos.

Isto pode ser explicado em termos das transformações do status de residência dos migrantes, de suas condições sociodemográficas e de sua situação trabalhista.

3.1 *Status de residência*

Uma primeira caracterização é a da situação legal dos trabalhadores. De 11,6 milhões de trabalhadores estimados por Corona para 2006 (incluindo temporários e permanentes), 6,4 teriam autorização para residir nos Estados Unidos, pelo que 45% estariam sem documentação. Esta condição estabelece uma diferença em termos de vulnerabilidade não somente perante a deportação, mas em termos de condições trabalhistas e de acesso a serviços básicos. Dos emigrantes permanentes, 2 milhões contam com a naturalização e quatro milhões, também com a residência permanente. A maioria dos mexicanos migrantes aos Estados Unidos reside naquele país há mais de 10 anos, mas os migrantes posteriores a 1995 representavam 45% em 2007. Dos mexicanos que atravessaram a fronteira em 2007, 75% o fizeram sem documentos (visto e passaporte) e 56% requisitaram “ajuda” para o cruzamento (geralmente a

contratação de traficantes de seres humanos conhecidos como *polleros*). Em 2005, foram deportados ou devolvidos ao México 480.000 pessoas.

3.2 Condição sociodemográfica

Os mexicanos ocupam o primeiro lugar em incidência de pobreza entre a população migrante nos Estados Unidos (22%); assim como em proporção de população sem previdência social e, junto com os centro-americanos, os únicos em que esta proporção é majoritária (Conapo, 2008).

Tabela I. *População residente nos Estados Unidos por condição de pobreza e cobertura de saúde, segundo região de nascimento.*

	Total	Nativos	União Europeia	Ásia Oriental	México	América Central	Caribe	América do Sul
Condição de pobreza	100	100	100	100	100	100	100	100
Pobres	12,4	12	7,7	11,6	22,1	16,3	19,6	10,8
não pobres	87,6	88	92,3	88,4	77,9	83,7	80,4	89,2
Cobertura de saúde	100	100	100	100	100	100	100	100
Com cobertura de saúde	84,2	86,2	89	80,7	43,6	46,8	73,2	64,4
Sem cobertura de saúde	15,8	13,2	11	19,3	56,4	53,2	26,8	35,6

Fonte: Estimativas da Conapo com base no Bureau of Census, Current Population Survey, março 2007.

Gênero

Na América Latina e particularmente no México, está havendo o aprofundamento de um processo de feminização e urbanização dos migrantes (com relação a seu lugar de destino). De fato, 20% da força de trabalho agropecuária nos Estados Unidos é feminina (predominantemente de origem mexicana). O peso das mulheres entre os migrantes é de aproximadamente 45%. As mulheres têm como característica uma menor mobilidade territorial, são mais jovens e têm laços sociais mais fortes (Escobar e Martín, 2007). Sua migração é menos significativa por razões trabalhistas (51% versus 92% dos homens) e proporcionalmente mais por questões de índole familiar, como se reunir com a família no lugar de destino. Por outro lado, tendem, mormente, a emigrar de forma legal (39% versus 24% dos homens).

Escolaridade

A população mexicana nos Estados Unidos tem por característica dispor de níveis de instrução inferiores aos dos migrantes das demais regiões da América Latina, que, por sua vez, são inferiores aos da população nativa dos Estados Unidos. Segundo o *Current Population Survey* dos Estados Unidos, de 2004 (citado pela CEPAL, 2006), encontra-se o seguinte perfil no qual se observam especificamente as baixas proporções de migrantes mexicanos com educação superior ao ensino médio ou curso universitário.

Tabela 2. *EUA: Percentual de nascidos na América Latina e Caribe de 25 anos de idade ou mais, por região de nascimento e último nível educacional aprovado 2004.*

Região de nascimento	CPS 2004	
	Educação secundária completa ou mais	Educação superior completa ou mais
América Latina	49,7	11,5
Caribe	69,5	19,5
América Central	38,8	6,1
México (2000)	29,8	4,3
América do Sul	80,6	29,7
Estados Unidos	88,3	27,8

Fonte: Censo Nacional de População 1990 e 2000. Current Population Survey, 2004.

Em 2005, o México continuou sendo a região de menor escolaridade entre os imigrantes dos Estados Unidos. 49,% dispunha de 10 séries ou menos de estudos, 35% tinha 10 a 12 séries e somente 15,2% contavam com estudos técnicos superiores, universitários ou de pós-graduação (Conapo, 2008).

Apesar da maior parte dos mexicanos que emigram contar com baixa escolaridade, o impacto relativo da migração é maior nos estratos educacionais mais elevados. O Conselho Nacional de População (2008) assinala que, da população mexicana de 25 a 44 anos de idade, com 12 ou mais anos de escolaridade, 22,5% reside nos Estados Unidos. De sua parte, Escobar Latapí (op. cit.) assinala que 19% dos homens mexicanos com mestrado e 29% das mulheres com esse nível de escolaridade estão nos

Estados Unidos. No caso de mexicanos com doutorado, as proporções respectivas são de 32 e 39%.

Apesar da baixa escolaridade ser característica da migração mexicana para os Estados Unidos, o mesmo não acontece com outros destinos. Por exemplo, 29,7% dos migrantes mexicanos para o Canadá maiores de 15 anos conta com educação superior (www.oecd.org).

Grupos de idade e características dos lares

Os migrantes mexicanos nos Estados Unidos tendem a envelhecer. Sua média etária era de 32 anos em 1994 e aumentou para 35 anos em 2007. Assim, a proporção de menores de 29 anos foi reduzida (de 48,5% para 35,9% do total de migrantes). A maioria está unida conjugalmente e vive em lares de 4 a 6 pessoas.

O acima citado coincide com a estrutura de idades da população mexicana, que está se modificando substancialmente e, por volta do ano 2012, alcançará seu máximo absoluto de população na faixa etária dos 15 aos 34 anos (Conapo, 2008). A partir de então, iniciará um processo acelerado de envelhecimento que dificultará ainda mais as possibilidades e condições de migração aos Estados Unidos.

3.3 Situação trabalhista

Os mexicanos constituem a comunidade com o menor nível de renda nos Estados Unidos. Seus salários são 38% menores que a média nacional, 6% menores que os salários dos trabalhadores centro-americanos e menos da metade que o dos canadenses (51,7%). A migração tem um componente econômico central. Dos emigrantes procedentes dos estados com menor desenvolvimento, do sul e sudeste do país, 85% recebia renda menor que três salários mínimos em 2007 (o salário mínimo girava em torno de 150 dólares mensais), enquanto que o limite superior do estrato de menor renda nos Estados Unidos é em torno de onze vezes maior ao salário mínimo mexicano.

De acordo com a União de Bancos Suíços, em 2006 o nível geral de preços era 33,9% menor no México que em Los Angeles e em Chicago (UBS, 2006). Desta maneira, um diferencial de renda de mais de 1100% com relação ao salário mínimo, ou ainda de 367% em comparação com a maioria dos mexicanos que ganha até três salários mínimos, resulta em um incentivo enorme para se arriscar em um processo migratório, apesar de todos os custos e riscos que isso representa.

Tabela 3. *População residente nos Estados Unidos por salário anualizado, segundo região de nascimento.*

	Total	Nativos	União Europeia	Ásia Oriental	Resto da América do Norte	México	América Central	Caribe	América do Sul
Salário anual (dólares)	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Menos de 10.000	11,9	12,2	10,1	12,8	9,7	11,1	11,3	8,9	9,2
de 10.000 a 19.999	16,4	15,1	12,2	14,2	8,7	34,4	32,4	24,7	24
de 20.000 a 29.999	17,5	16,7	16,1	14,5	11,7	27,5	27,7	22,1	20,4
de 30.000 a 39.999	15	15,4	14,2	11,6	14,2	13,6	11,6	15,7	14,2
de 40.000 ou mais	39,1	40,6	47,4	47	55,7	13,4	17	28,5	32,3
Salário médio anual	38.924	39.575	47.058	45.647	50.164	24.270	25.750	32.515	34.400

Fonte: Conapo, 2008.

Este diferencial, somado às deterioradas condições socioeconômicas dos migrantes, faz com que sejam contratados nas condições mais precárias dos Estados Unidos. Cerca da metade dos mexicanos (45,5%) recebe menos de 20.000 dólares por ano e apenas 13,4% mais de 40.000, quando 39% do conjunto dos trabalhadores nos Estados Unidos obtêm uma soma superior.

O emprego dos migrantes mexicanos está concentrado nos nichos do mercado de trabalho de menor renda (Cepal, 2006), especialmente da Califórnia e com renda particularmente baixa para a população proveniente do meio rural e indígena.

Na presente década, 20% da força de trabalho mexicana nos Estados Unidos trabalham no meio rural. Isto se deve à mecanização agrícola e à redução do uso de força de trabalho. Por outro lado, a agricultura daquele país tende a empregar força de trabalho mais vulnerável e em condições de trabalho mais precárias, o que facilitou o processo de indigenização mexicana da força de trabalho na agricultura norte-americana. Assim, apesar da redução do setor agrícola como destino da migração mexicana, 77% dos trabalhadores agrícolas nos Estados Unidos são mexicanos e outros 9% são de origem méxico-americana (Durand, 2003).

Durand explica esta concentração mexicana no setor agrícola norte-americano através de seis características: baixo custo (renda inferior a 50% da dos trabalhadores nativos), temporalidade (pelo tipo de migração utilizada),

juventude (49,3% menores de 25 anos e 20% entre 25 e 29 anos), capacitação (conhecimento de terras, plantas e manejo manual das mesmas), mobilidade (aceitação de trabalhar como nômades em condições de aglomeração) e o fato de não ter documentos, que faz com que aceitem condições de trabalho mais arriscadas, precárias e mal pagas (Op. cit.).

No entanto, a mudança na estrutura de emprego no México, em detrimento do setor agropecuário, favoreceu a mudança da origem territorial dos migrantes, aumentando aqueles provenientes dos estados mais pobres e agrícolas.

Assim, a maior parte dos emigrantes mexicanos provinha historicamente da zona central do país, mas recentemente intensificou-se a migração a partir do sul e tende a se universalizar por todo o território mexicano, em concomitância com a diversificação das atividades de destino.

De fato, o esgotamento da força de trabalho agropecuária do México (por emigração aos Estados Unidos e às cidades) favoreceu o início de um auge na contratação de trabalhadores da América Central nas grandes propriedades da fronteira sul do México, em especial no estado de Chiapas.

Qualificação (ocupação)

De maneira coerente com o baixo nível educacional e de renda, os mexicanos contam com a menor proporção latino-americana de profissionais, técnicos, gerentes e afins na PEA dos Estados Unidos. Também devemos considerar a falta de reconhecimento das competências que não tenham sido adquiridas através de sistemas de escolaridade formais. É o caso, por exemplo, da força de trabalho agropecuária, cujas destrezas e conhecimento provêm de sua própria experiência no setor agropecuário mexicano. Ao se tratar de trabalhadores com pouca escolaridade, baixo conhecimento de idiomas (inglês e frequentemente espanhol) e uma situação econômica especialmente delicada, é mais fácil que aceitem piores condições de trabalho e que não lhes sejam reconhecidas capacidades e conhecimentos. Em ocupações com reconhecimento formal, 70% localizam-se em empregos de baixa qualificação: empregados de comércio varejista, pessoal de serviços de atendimento ao cliente, trabalhadores de restaurantes, caixas, pessoal de limpeza, garçons e ajudantes de hospitais (Escobar e Martín, 2007). Por outro lado, estabeleceu-se uma dinâmica de crescente demanda de trabalhadores qualificados, entre os quais encontram-se as enfermeiras e professores universitários.

O maior crescimento do emprego no qual têm papel importante os mexicanos é o dos empregos semiqualficados, tais como jardineiros, cozinheiros, trabalhadores de limpeza, motoristas de carga, garçons e ajudantes de garçons.

4. EFEITOS SOBRE O MÉXICO

4.1 Plano Macro

A emigração gera um conjunto de efeitos positivos e negativos, que impactam tanto em nível macro (econômico e social), como em nível médio (regional e setorial) e micro (na situação específica de lares e empresas). De fato, o juízo de “efeitos positivos” ou “negativos” pode depender da ótica a partir da qual se observa. Uma redução dos custos salariais pode ser percebida como uma deterioração no poder aquisitivo ou como um aumento na competitividade por custos.

No plano macro, a emigração implica uma válvula de escape perante a baixa geração de empregos no México. O êxodo de 400.000 trabalhadores anuais reduz a pressão sobre o mercado de trabalho mexicano, as remessas na balança de pagamentos geram um significativo efeito de amortização no déficit em conta corrente, o que, por sua vez, reduz pressões sobre os equilíbrios financeiros, particularmente no que diz respeito à paridade monetária e ao nível de preços (dado que contribui para manter a capacidade de importação). As remessas equivalem a um montante significativo do PIB (oscilando em torno de 2,5% a 3%) mesmo que a níveis menores aos dos diversos países da América Central e do Caribe. Este nível de crescimento está influenciado pela ampliação no registro das fontes de entrada de divisas.

No entanto, também no plano macro, este nível de migração implica a manutenção de equilíbrios financeiros baseados em externalidades e não no funcionamento próprio da esfera real da economia. Com isso, é produzida a perda de grande parte do *bônus demográfico* derivado da transição demográfica do México, na qual a taxa de dependência da população não economicamente ativa com relação à ativa é reduzida. Isto implica a perda de população qualificada para atividades agropecuárias, a mesma que pode estar disposta a realizar trabalhos agrícolas nos Estados Unidos, mas não no México, dado o diferencial de salários.

A migração favoreceu o crescimento explosivo de algumas cidades fronteiriças, o que contribui para o despovoamento de diversas regiões do país. Gera-se, então, um efeito de regiões que recebem recursos crescentes do exterior, mas com uma população polarizada em estratos etários extremos e pouca população em idade para trabalhar e reativar a economia local. Aglomeração e despovoamento constituem dois dos elementos da polarização territorial. No entanto, as remessas provenientes do exterior também permitem o desenvolvimento da demanda agregada local.

Em nível micro, a migração permite a disponibilidade de recursos para consumo dos lares que contam com o apoio das remessas procedentes do exterior, o que contribui para uma redução da desigualdade. Igualmente, é favorecido o investimento privado, especialmente o realizado pelos trabalhadores que estabelecem um negócio com os recursos obtidos no exterior. Por outro lado, a emigração também gera processos de desestruturação e de destruição de unidades familiares, assim como incerteza para os membros do lar que permanecem no México. Também podem ser gerados processos de endividamento do lar para providenciar o traslado do migrante para o exterior e aceitação de riscos perante a eventual desgraça física ou o fracasso do trabalhador migrante em sua busca por entrar nos Estados Unidos ou de obter uma renda tal que lhe permita enviar remessas.

Em termos produtivos, propicia-se a deterioração da disponibilidade de força de trabalho para as atividades econômicas desenvolvidas em zonas expelidoras (como a agrícola), assim como um duplo efeito no mercado de trabalho: por uma parte um alívio de pressões ante o desemprego e o subemprego local, mas, por outra, escassez de força de trabalho para a reativação de economias locais. A emigração gera um efeito de autorreprodução (os antigos migrantes favorecem a emigração de novos, especialmente familiares e amigos), aguçando o despovoamento e o isolamento da população que se mantém nas regiões expelidoras.

4.2 Estrutura setorial do emprego e da produção

A Pesquisa Nacional de Emprego de 1993 (INEGI, 1994) registrava para aquele ano 8,89 milhões de trabalhadores no setor agropecuário. Quinze anos depois (resultados do primeiro trimestre de 2009), o registro é de 5,45 milhões. A perda de 3,44 milhões de empregos no setor está associada à mudança na estrutura de propriedade da terra, à mudança tecnológica, ao atraso do campo e ao aumento das importações agropecuárias. Entre os principais efeitos desta situação, encontra-se o crescente êxodo dos trabalhadores rurais, especialmente da população jovem.

Sob estas condições, a população no campo tende a envelhecer de maneira acelerada, sem que exista uma geração de substituição similar. O estrato de 60 anos ou mais é maior do que o dos 14 aos 19 e dos 20 aos 29 anos. O grupo de 20 a 29 anos já é menor que o de 30 a 39. De fato, a distribuição por idades no setor agropecuário se mostra altamente contrastante com o resto dos setores.

Tabela 4. *Estrutura por idades da População Ocupada (%)*.

2º Trimestre de 2008	14 a 19	20 a 29	30 a 39	40 a 49	50 a 59	60 e mais
Setor agropecuário	14,1	17,2	19,0	16,7	15,0	17,9
Industrial	9,1	27,1	26,4	21,0	11,0	5,3
Serviços	7,7	23,9	26,0	22,3	13,0	7,0
Total	9,0	23,8	25,1	21,2	12,8	8,0

Fonte: INEGI, Pesquisa Nacional de Ocupação e Emprego, 2º trim. 2008.

O setor agropecuário perde peso na estrutura produtiva, passando de 6,7% do PIB total em 1987 para 4,7% vinte anos depois. Se o México depende de vantagens comparativas que incluem a integração da força de trabalho mais pobre e em processo de envelhecimento a esquemas de produção cada vez mais intensivos e especializados para a produção de cultivos de exportação, as capacidades produtivas se deterioram. Enquanto isso, os mexicanos produzem nos Estados Unidos os cereais e bens básicos que são importados e pressionam a inflação no México.

4.3 Mudança de padrões de consumo

Assumindo a tese da integração de redes sociais e de comunidades transnacionais derivadas da migração, esta favoreceu a mudança nos níveis e formas de consumo no interior do México. Os requerimentos básicos de comunicação entre os migrantes e seus dependentes implicaram uma ampla corrida aos serviços de telecomunicações (em especial a internet e a telefonia celular); os envios de divisas favoreceram a expansão dos entes financeiros nas comunidades pequenas; os retornos em férias dos emigrantes implicam a necessidade de serviços de transporte, restaurantes, hotéis e comércios; a imitação dos padrões de vida norte-americanos incidem sobre o tipo de dieta alimentar, sobre o vestuário, a intensidade no uso de bens eletrodomésticos (em especial a televisão); a imagem do êxito está frequentemente associada ao emigrante que parte sem dinheiro e volta com um automóvel ou uma caminhonete equipada; o uso derivado das caminhonetes facilitou o transporte das mercadorias locais. As comunidades migrantes nos Estados Unidos desenvolveram um sincretismo cultural que incide sobre o conjunto de campos da vida e da reprodução social, incluindo mudanças significativas no idioma. Em suma, a influência mexicana nos Estados Unidos tem seu correspondente

inverso, que permeia não somente as zonas expelidoras de trabalhadores, mas o conjunto do território.

4.4 Dependência de remessas

De acordo com o INEGI (2008), a entrada de remessas aumentou a um ritmo de 17,6 durante o período 2000-2007, obtendo o seguinte comportamento.

Tabela 5. México: *Entrada de remessas 2000-2007 (Milhões de US\$ Dólares).*

Ano	Total	Varição anual	Ano	Total	Varição anual
2000	6.572,7		2005	20.283,6	21,24
2001	8.895,3	35,34	2006	23.742,2	17,05
2002	9.814,5	10,33	2007	23.979,0	1,00
2003	13.650,2	39,08	2008	25.137,0	4,83
2004	16.730,1	22,56			

Fonte: INEGI, Remessas familiares, abril 2008.

De acordo com a Pesquisa Nacional de Renda e Gastos dos Lares (INEGI, 2006), 7% dos lares mexicanos recebem remessas de transferências internacionais. Os montantes são crescentes conforme aumenta o decil de renda ao qual se faça referência, mas, ao mesmo tempo, a importância relativa da remessa com relação à renda corrente do lar é reduzida.

O montante médio de remessas por lar tem sido regular. Situava-se na faixa dos 1.900 a 2.200 dólares anuais nos anos 1990, mas aumentou substancialmente na presente década, quando oscilou entre 2.500 e 3.100 dólares. Paradoxalmente, o peso das remessas na renda dos lares teve papel ascendente nos 1990 e não na atual década, dada a regularidade mencionada, o aumento de outras transferências (como no caso das políticas sociais de transferências monetárias condicionadas) e a estabilidade da paridade cambial, apesar de que no México a inflação é significativamente maior do que nos Estados Unidos (o que faz com que um mesmo montante de dólares implique uma maior perda de poder aquisitivo no México do que nos Estados Unidos). Assim, entre 1992 e o ano 2000, a participação das remessas na renda corrente dos lares que as recebiam aumentou de 29 para 49%, tendo seu peso diminuído até chegar a 32% em 2006.

Tabela 6. Renda corrente dos lares receptores de remessas, 1992-2005.

	1992	1994	1996	1998	2000	2002	2004	2005
Renda média por lar no conceito de remessas (em dólares)	2113	2170	1942	2074	3002	2585	2937	2490
Proporção da renda por remessas em relação à renda corrente total (por cento)	28,7	35,1	40,9	37,9	48,7	46,7	43,6	40,6

Fonte: Estimativas do Conapo com base na INEGI, Pesquisa Nacional de Gastos e Renda dos Lares (ENIGH), 1992, 1994, 1996, 1998, 2000, 2002, 2004, 2005.

De acordo com a Pesquisa Nacional de Renda e Gastos dos Lares (ENIGH/INEGI, 2006), quem mais recebe remessas por lar é o decil X e existe uma relação direta entre o montante recebido e a renda total do lar.

Tabela 7. Lares que recebem remessas provenientes do exterior por decil de renda 2006.

Decil	Total de Lares	Lares que Recebem Remessas	Proporção de Lares	Montante Trimestral por Lar	Proporção da Renda Corrente Monetária
TOTAL	26.541.327	1.858.758	7,00%	8.449	31,60%
I	2.654.133	181.608	6,80%	1.931	58,20%
II	2.654.133	244.401	9,20%	4.451	62,00%
III	2.654.133	252.343	9,50%	5.066	50,50%
IV	2.654.133	209.006	7,90%	5.176	40,60%
V	2.654.133	207.185	7,80%	7.938	50,10%
VI	2.654.133	213.964	8,10%	10.919	56,00%
VII	2.654.133	180.721	6,80%	9.905	40,90%
VIII	2.654.133	153.877	5,80%	12.884	40,90%
IX	2.654.133	142.368	5,40%	18.386	42,00%
X	2.654.130	73.293	2,80%	20.949	21,10%

Fonte: Elaboração própria com base na INEGI: Pesquisa Nacional de Renda e Gastos dos Lares, 2006.

No entanto, o mesmo não ocorre com a dependência dos lares com relação a essas remessas. O decil X é o menos dependente delas, posto que somente 2,8% dos lares desse decil são beneficiários da mesma e o peso em sua renda é de 21%. Por outro lado, o decil III (situado em pobreza relativa) é o que apresenta um maior número de lares que recebe tais transferências (9,5%) e estas representam a metade de sua renda. No decil II, a situação é mais delicada, posto que, apesar da proporção de lares dependentes das remessas ser ligeiramente menor (9,2%), os receptores das mesmas dependem em 62% de tais transferências. Em suma, as transferências do exterior sustentam a renda de entre 5 e 10% dos lares de cada decil (com exceção dos de renda maior) e representam entre 40 e 62% da renda corrente monetária desses lares.

5. POLÍTICAS DE MIGRAÇÃO

A abordagem destas políticas implica abordar as estratégias tanto dos Estados Unidos quanto do México.

Os Estados Unidos tiveram comportamentos de flexibilização e endurecimento de suas políticas em função de sua conjuntura econômica, política e até mesmo militar.

Um ponto-chave é o Programa de Legalização da *Immigration Reform and Control Act* (IRCA) (Lei Simpson Rodino), iniciado em 1987. Este implicou simultaneamente um amplo processo de legalização de trabalhadores migrantes e um recrudescimento nas restrições e castigos por contratação para os novos trabalhadores sem documentação.

Nos 1990, estabeleceu-se um novo endurecimento, via mecanismos judiciais, policialescos e de impedimento físico à migração. Isto elevou a taxa de retorno para o México, que passou de 39,9% em 1992-1997 para 46,1% em 1997-2002 (Escobar e Martín, 2007). A política norte-americana está permeada pela realização recorrente de deportações, que oscilam em torno de 500.000 pessoas por ano (Secretaría de Gobernación, 2004). No entanto, estas se referem a eventos e não pessoas. Um migrante pode ser deportado em diversas ocasiões e retornar enquanto não entrar em um processo de conflito judicial. Assim, o número de deportações é maior do que o número líquido de entradas anuais nos Estados Unidos, mas isso não detém o fluxo contínuo de imigrantes.

O México facilitou o processo migratório em direção aos Estados Unidos e estabeleceu programas de emprego emergente fronteiriço com o endurecimento da política norte-americana. Também gerou programas focalizados de

promoção da migração temporária (como o de trabalhadores migratórios ao Canadá) e a utilização de remessas para o desenvolvimento de programas econômicos e sociais em zonas expelidoras de trabalhadores, em conjunto com os trabalhadores que enviam as remessas, os governos locais das comunidades envolvidas e o governo federal (programa “Três por um”).

O programa de trabalhadores migratórios ao Canadá é um acordo intergovernamental através do qual o México recruta trabalhadores rurais selecionados para diversos processos de colheita no Canadá. As viagens são pagas pelos patrões canadenses, que, por sua vez, têm a possibilidade de requisitar o mesmo trabalhador no ano seguinte. Mediante este mecanismo, evitam-se riscos e corruptelas das quais é vítima o trabalhador migratório sem documentação e garante-se a ida de trabalhadores altamente qualificados ao Canadá.

O Programa *três por um* é um procedimento de repatriação de divisas para o desenvolvimento regional. Para cada dólar alocado por um migrante no desenvolvimento de sua comunidade de origem, o setor público mexicano se compromete a alocar três: um por parte do governo local, outro pelo estatal e mais um do governo federal.

No Plano Nacional de Desenvolvimento 2007-2012 (PND) o fenômeno migratório é tratado focando sua exposição na defesa dos direitos humanos dos migrantes e na geração de “igualdade de oportunidades” da população migrante, sobretudo indígena, para facilitar sua inclusão nos mercados de trabalho. No entanto, não existe uma política migratória integral associada com a promoção do desenvolvimento local, repatriação e integração local das regiões mais expelidoras de mão de obra.

Deste modo, o PND assinala...

A promoção de investimentos produtivos nas regiões expelidoras de mão de obra é fundamental. A única solução de longo prazo para evitar que o país continue perdendo mexicanos valiosos e empreendedores por causa da migração é a geração de empregos bem remunerados.

Esta afirmação parte de três pressupostos: um implícito, no sentido de que a migração é, na balança, um fenômeno negativo que deve ser evitado; o segundo, que a migração é essencialmente um fenômeno derivado do funcionamento do mercado de trabalho; e o terceiro, que o investimento produtivo gerará o emprego necessário para evitar a expulsão de trabalhadores.

Tais pressupostos confrontam a interpretação de que a migração gerou uma série de efeitos benéficos para lares e regiões expelidoras de trabalhadores, para o funcionamento macroeconômico do país de origem (em termos de

renda por remessas, redução de pressões no emprego e redução da pobreza) e para o país de destino. Igualmente, desdenha-se a possibilidade de que a migração não seja somente um fenômeno derivado do mercado de trabalho, mas dependente de vínculos familiares, redes sociais, aspectos culturais etc. Por último, seria necessário precisar não somente que o investimento produtivo gera emprego, mas os critérios para definir *qual* tipo de investimento produtivo é o que geraria um saldo positivo.

Em todo caso, os efeitos perversos da migração não provêm tanto dela em si, mas das condições de insegurança, corrupção, ilegalidade e discriminação em que é exercida. A definição de uma política migratória ordenada poderia ser articulada com o restante das políticas econômicas e sociais de maneira integral, de tal modo que, na política de emprego, advertir-se-iam os setores, regiões e tamanhos de empresa que em maior medida pudessem contribuir para a geração de emprego, a repatriação de migrantes, o aproveitamento das capacidades produtivas, a satisfação de necessidades essenciais e as condições de trabalho digno para a população local.

A visão da migração circunscrita ao funcionamento do mercado de trabalho implicou um desdém de diversas formas de articulação política e econômica de diversas instituições mexicanas com relação às organizações de migrantes mexicanos nos Estados Unidos. Uma forma básica de ação política poderia ser a maior intervenção conjunta das autoridades mexicanas e das organizações de migrantes nos Estados Unidos para a defesa dos direitos econômicos, políticos, sociais e culturais dos mexicanos. Este tipo de ação articulada e eventualmente conjunta permitiria ampliar a pressão em defesa dos trabalhadores.

No plano econômico, uma ação tripartite articulada entre (i) instituições públicas e privadas mexicanas, (ii) de emigrantes do México nos Estados Unidos e (iii) de autoridades norte-americanas poderia elaborar acordos de políticas específicas a partir de acordos de interesse comum tais como:

- Gerar um processo de regulação binacional, com participação cidadã dos migrantes para reduzir a presença de atividades ilegais, tais como o tráfico de pessoas, de drogas, de armas, de mercadorias roubadas, de órgãos humanos etc.
- Propiciar mecanismos não somente para a obtenção de emprego dos migrantes, mas eventualmente para a melhoria no emprego tanto no país de origem como no de destino. Isto poderia ser conseguido através de esquemas de trabalho temporário, nos quais seja permitida a entrada temporária, regular e recorrente de trabalhadores mexicanos nos Estados Unidos, acompanhada de apoios para que esses mesmos trabalhadores

tenham possibilidades de inserção e desenvolvimento produtivo no México durante o restante do ano.

- O anterior implica a possibilidade de gerar uma estratégia orçamentária multianual de apoio aos imigrantes no México, associada a uma política de desenvolvimento regional a favor das regiões altamente expelidoras de mão de obra. Simultaneamente, os demandantes do trabalho de imigrantes nos Estados Unidos poderiam assegurar o transporte anual dos trabalhadores em condições dignas e seguras; as autoridades norte-americanas poderiam facilitar sua entrada temporária e os agrupamentos mexicanos nos Estados Unidos colaborariam com a sua estadia em condições adequadas. Em última instância, caberia a possibilidade de estabelecer orçamentos binacionais de regulação da migração com apoio aos imigrantes.
- Para a geração, no México, de empregos associados à exportação para os Estados Unidos poderiam ser promovidos: o crescimento de “portos secos” em substituição ao esquema de maquila; o estabelecimento de uma estratégia industrializadora de exportação de produtos derivados do agronegócio.
- A elevação do nível educacional dos mexicanos nos Estados Unidos, incluindo o desenvolvimento da escolaridade para adultos em suas próprias línguas, tanto em espanhol como em línguas indígenas.
- A maior busca por acordos entre instituições educacionais do México e Estados Unidos para favorecer a migração temporária de trabalhadores altamente capacitados do México aos Estados Unidos a fim de fomentar as capacidades científico-tecnológicas dos mexicanos nesse país.
- O estabelecimento no México e nos consulados do México nos Estados Unidos de um serviço civil de carreira especializado em assuntos migratórios que permita a geração de uma política de migração regulada e promotora dos direitos econômicos, políticos, sociais e culturais dos migrantes ao mesmo tempo em que favoreça o retorno dos migrantes e sua contribuição com o desenvolvimento local.
- A integração do conjunto das políticas de promoção econômica com a migratória para priorizar o desenvolvimento de regiões, setores econômicos e grupos sociais que (i) freiem o êxodo aos Estados Unidos, (ii) permitam uma melhor reinserção dos trabalhadores repatriados e (iii) atuem como meio de aproveitamento produtivo das remessas em função do desenvolvimento regional. Para tanto, seria indispensável uma maior coordenação entre as secretarias de estado.

- A associação das associações de migrantes com o Banco de Desenvolvimento para propiciar a geração de bolsas comuns de financiamento para o desenvolvimento de ações produtivas, oferta de serviços e de atenção social que, por sua vez, otimizem o uso das remessas e sejam complementadas com apoios públicos.

O anterior implica reforçar o conhecimento local, regional e setorial de:

- (i) As causas específicas da migração e dos problemas associados a ela.
- (ii) As potencialidades das regiões e comunidades expelidoras de trabalhadores, em termos de fixação demográfica; recuperação de vocações locais; desenvolvimento de atividades de impacto no investimento e no consumo local; criação e fortalecimento de cadeias produtivas; localização de instituições para integrar complementaridades estratégicas; defesa do meio ambiente etc.
- (iii) As complementaridades entre a população emigrada aos Estados Unidos e a que permanece no México em cada região expelidora.
- (iv) Os mecanismos possíveis de colaboração, dos atores suscetíveis de facilitar o fortalecimento das redes sociais e os processos de desenvolvimento local.

O anterior implica o estímulo à pesquisa e desenvolvimento, social e tecnológico, dirigido às regiões expelidoras de trabalhadores e aos processos de migração. Na conjuntura de recessão internacional a política associada com os processos migratórios será mais complexa. O risco atual para o México não é a continuação do êxodo de trabalhadores aos Estados Unidos mas que este se detenha ou reverta.

A migração tem sido uma válvula de escape perante a falta de emprego formal e com prestações no México. Tem sido também a segunda fonte de divisas para a economia, o principal mecanismo de redução dos níveis de pobreza, o dinamizador econômico de regiões expelidoras de mão de obra, um motor de crescimento para a economia das cidades fronteiriças, um meio de integração econômica e de influência cultural nos Estados Unidos e uma forma de acesso à capacitação para trabalhadores mexicanos. Apesar de todas as suas desvantagens, já mencionadas, o freio à migração derivado da recessão norte-americana poderá gerar enormes dificuldades como uma reversão dos efeitos positivos assinalados.

No contexto atual, torna-se ainda mais urgente que os programas anti- crise reproduzam o uso de recursos públicos para as regiões e os lares que tenham sido expelidores de trabalhadores, assim como o estabelecimento de

programas emergentes de emprego e inserção produtiva para os trabalhadores que retornem dos Estados Unidos. O possível aumento demográfico das regiões expelidoras de trabalhadores pode permitir uma reinserção dinâmica de tais regiões com o resto do país e favorecer o estabelecimento de cadeias de valor e produtivas que minimizem os efeitos da crise. Para isto, é necessário que, nas discussões sobre a reorientação das políticas produtivas internacionais e na construção de uma nova arquitetura financeira internacional, esteja presente a discussão sobre a mobilidade internacional de pessoas e sua inserção nas políticas sociais e produtivas que surjam como saída para esta crise.

6. CONCLUSÕES

A perda da capacidade produtiva leva a um estancamento econômico com baixa geração de emprego e em condições trabalhistas precárias, resultando natural e atrativo migrar a um dos polos mais atrativos do mundo em termos de remuneração.

A constituição de um amplo espaço internacional e intercultural bifronteiriço gera possibilidades de cooperação internacional que fundamentam a lógica das políticas públicas. Simultaneamente, gera maiores riscos de polarização econômica e social assim como de dependência financeira e produtiva. No plano dos lares pode gerar novas expectativas de bem-estar econômico para grupos populacionais com escassas oportunidades no México, mas ao mesmo tempo pode gerar uma ampla desagregação de lares e uma maior afetação para os que perdem sua principal fonte de renda, ao usufruir a perda ou o abandono de seu principal provedor em um processo de migração.

A migração não é, em si, um fenômeno perverso, a humanidade foi construída graças a ela. No entanto, os efeitos positivos da migração requerem processos reguladores de transferências sociais e de negociações bilaterais e multilaterais que garantam benefícios recíprocos. Nesse sentido, a riqueza da experiência da construção europeia pode servir de aprendizado para os intercâmbios ocorridos entre o México, os Estados Unidos e a América Central nos dias atuais e no futuro próximo.

Luis Ignacio Román Morales é doutor em Economia pela Universidade de Paris VII, investigador nacional (nível 2) do Sistema Nacional de Investigadores do México, professor investigador no Departamento de Economia, Administração e Mercadologia da Universidad ITESO (Universidade Jesuíta em Guadalajara, México) e coordenador da Cátedra Konrad Adenauer nesta universidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BANCO DE MÉXICO. *Balanza de Pagos de México*. Cuenta Corriente, 2009. Disponible em: www.banxico.gob.mx
- BARAJAS, Rocío. Desarrollo e innovación: una mirada alterna al problema de la migración en México. In: FORO CONSULTIVO DE CIENCIA Y TECNOLOGÍA, COLEF, Tijuana, fev. 2008.
- CEPAL. *Migración internacional, derechos humanos y desarrollo*. Santiago de Chile: CEPAL, 2006. (Cap. 1: MARTÍNEZ PIZARRO, Jorge (Director de la investigación). Intersecciones entre los procesos migratorios, derechos humanos y el desarrollo. p. 17-68).
- CONSEJO NACIONAL DE POBLACIÓN (CONAPO). Series sobre Migración Internacional, 2008.
- _____. *Migración México-Estados Unidos: panorama regional y estatal*. México: CONAPO, 2005. Disponible em: www.conapo.gob.mx
- CORONA VÁZQUEZ, Rodolfo. Dimensión del fenómeno migratorio en México. In: FORO CONSULTIVO CIENTÍFICO Y TECNOLÓGICO, COLEF, Tijuana, fev. 2008.
- _____. Dimensión y características de la migración internacional. In: CALVA, José Luis (Coord.). *Agenda para el desarrollo*, Vol. 11. México: UNAM/Porrúa/Cámara de Diputados, 2007. p. 99-111.
- CRUZ PIÑEIRO, Rodolfo. Los mexicanos en Estados Unidos: Empleo y Migración. *Revista Demos*, 2003.
- DELGADO WISE, Raúl. Migración y desarrollo: principios para el diseño de políticas públicas. In: FORO CONSULTIVO CIENTÍFICO Y TECNOLÓGICO, COLEF, Tijuana, fev. 2008.
- DURAND, Jorge. *Programas de trabajadores temporales, evaluación y análisis del caso mexicano*. México: CONAPO, 2007. Disponible em: www.conapo.gob.mx
- _____. El subsidio silencioso: mano de obra mexicana en Estados Unidos. In: GENDREAU, Mónica, VALENCIA, Enrique (Coords.). *Hacia la transformación de la política social en México*. México: ITESO/UNICEF/UdeG/UIA Puebla/SEDESOL, 2003. p. 117-135.
- ESCOBAR LATAPÍ, Agustín, MARTÍN, Susana. La gestión migratoria México-Estados Unidos. Un enfoque binacional. In: CALVA, José Luis (Coord.). *Agenda para el desarrollo*, Vol. 11. México: UNAM/Porrúa/Cámara de Diputados, 2007. p. 112-139.
- GIORGULI SAUCEDO, Silvia, GASPAS OLVERA, Selene, LEITE, Paola. *La migración mexicana y El mercado de trabajo estadounidense*. México: Consejo Nacional de Población, 1997.

- HERRERA LIMA, Fernando. Las migraciones y la sociología del trabajo en América Latina. In: GARZA, Enrique De la (Coord.). *Tratado Latinoamericano de Sociología del Trabajo*. México: FCE, 2000. p. 566-591.
- IBARRA MATEOS, Marcela. *Un análisis de los imaginarios sociales en circuitos migratorios transnacionales*. El caso de jóvenes coyuleños migrantes. Tesis doctoral en proceso. Doctorado en Estudios Científico sociales, ITESO, 2008.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA, GEOGRAFÍA E INFORMÁTICA (INEGI). Remesas Familiares. In: FORO CONSULTIVO CIENTÍFICO Y TECNOLÓGICO, COLEF, Tijuana, fev. 2008.
- _____. *Encuesta Nacional de Ocupación y Empleo (ENOE)*. Datos del 2005 al 2008. Disponible em: www.inegi.gob.mx
- _____. *Encuesta Nacional de Ingresos y Gastos de los Hogares 2006*. México: INEGI, 2006, 2007. Disponible em: www.inegi.gob.mx
- _____. *Conteo de Población 2005*. Disponible em: www.inegi.gob.mx
- _____. *Encuesta Nacional de Empleo (ENE)*. Datos de 1988 a 2004.
- _____. *Indicadores sociodemográficos de México (1930-2000)*. México: INEGI, 2001. Disponible em: www.inegi.gob.mx
- _____. *Censo General de Población y Vivienda, 2000*.
- _____. *Encuesta Nacional de Dinámica Demográfica, 1997*.
- PORTES, Alejandro, BÖRÖCZ, József. Contemporary immigration: Theoretical perspectives on its determinants and modes of incorporation. *International Migration Review*, Vol. XXIII, n. 3, outono 1989.
- SANTIBAÑEZ ROMELLÓN, Jorge. Migración internacional, de no tener política a aceptar su importancia. *Revista Demos*, 2005.
- SECRETARÍA DE GOBERNACIÓN. *Encuesta sobre Migración en la Frontera Norte de México, 2004*. México: Secretaría de gobernación, Instituto Nacional de Migración, Consejo Nacional de Población, El Colegio de la Frontera Norte (COLEF), 2004.
- UNIÓN DE BANCOS SUIZOS. *Salarios y Precios en el Mundo*, 2006. Disponible em: www.ubs.com
- UNITED NATIONS. *International Migration Report 2002*. New York, 2002.
- _____. *International Migration 2006*. United Nations Publication.
- ZENTENO, René. Desigualdad y migración en México. In: FORO CONSULTIVO DE CIENCIA Y TECNOLOGÍA, Tijuana, fev. 2008.
- ZÚÑIGA, Elena. *Migración y desarrollo, Hacia el diseño de políticas innovadoras en México*. In: FORO CONSULTIVO DE CIENCIA Y TECNOLOGÍA, Tijuana, fev. 2008.